

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE CIÊNCIA DA SAÚDE
FACULDADE DE MEDICINA
DEPARTAMENTO DE TERAPIA OCUPACIONAL

KATHIA APARECIDA DE SOUZA COELHO

**TERAPIA OCUPACIONAL SOCIAL E JUVENTUDE “POBRE” VULNERÁVEL
SOCIALMENTE**

RIO DE JANEIRO
2017

KATHIA APARECIDA DE SOUZA COELHO

**TERAPIA OCUPACIONAL SOCIAL E JUVENTUDE “POBRE”
VULNERÁVEL SOCIALMENTE**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em Terapia Ocupacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito para obtenção do grau de Bacharel em Terapia Ocupacional.

Orientadora: Beatriz Akemi Takeiti

Coorientadora: Monica Villaça Gonçalves

RIO DE JANEIRO

2017

KATHIA APARECIDA DE SOUZA COELHO

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Graduação em
Terapia Ocupacional da Universidade
Federal do Rio de Janeiro, como parte do
requisito para obtenção do grau de
bacharel em Terapia Ocupacional.

BANCA EXAMINADORA

Beatriz Akemi Takeiti
Orientadora

Monica Villaça Gonçalves
Coorientadora

Ricardo Lopes Correia
Membro da Banca

Apresentado em:

Conceito:

Dedico este trabalho à juventude, e a seus sonhos e desejos
construídos em torno dos modos ser e estar no mundo.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, que esteve me protegendo e guiando durante todo esse processo, e que por vezes não me deixou desistir.

Em especial agradeço minha mãe que sempre foi exemplo de serenidade, bondade e humildade e aos meus filhos Bernardo e Gabriel que com toda paciência e generosidade, mesmo distantes, estiveram comigo me dando forças e entendendo a razão da distância e instabilidade emocional.

Agradeço aos meus amigos queridos que durante esse processo foram exemplos de cuidado, amor e carinho. Entres estes agradeço às minhas meninas companheiras Ariane Alves, Fernanda Ferreira, Leticia Moreti, Paola Fernanda, Simone Santos e em especial Thays Alves que esteve junto comigo, acreditando na minha capacidade e me dando forças para prosseguir.

À Querida Tatiane Barbosa, que sempre pronta a ajudar esteve presente e caminhou junto comigo durante a produção deste trabalho.

À alto astral Milena Kaline, pelo apoio, preocupação e por dividir as angustias.

Agradeço também a minha amiga Francilaine Souza, parceira de sempre, por entender minha distancia por me dar força e sempre acreditar na minha capacidade. Não poderia deixar de agradecer, em memória, à Fernanda Patrício da Silva pela inspiração, que não teve chances de realizar esse sonho, mas esteve em meus pensamentos a cada conquista.

Finalizando com imensa gratidão, destaco a orientadora e coorientadora, Beatriz Takeiti e Monica Villaça pelo comprometimento, paciência e persistência durante esse processo. Agradeço por não desistirem e por não me deixarem desistir. Foi uma caminhada difícil e de muito aprendizado, cada produção foi uma conquista. Parabéns professoras, pela forma que escolhem oferecer auxílio neste momento tão enriquecedor e desafiador na busca de nossos sonhos.

À todos que estiveram presente nesta jornada. Muito obrigada!

RESUMO

Em 1970 um novo campo da terapia ocupacional, denominado como campo social começa a se desenhar. Desde então, apesar de diversas barreiras, a consolidação do campo segue crescente, conquistando espaços até os dias atuais. O objetivo do trabalho é, por meio de um levantamento bibliográfico, refletir sobre os recursos, as ações e as práticas da Terapia Ocupacional Social com interface na cultura voltada a juventude em vulnerabilidade. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, bibliográfica e descritiva. Realizou-se um levantamento teórico com intuito de aprofundar o tema específico, buscando entender o papel do terapeuta ocupacional na mediação da transformação social. Como resultado, obtivemos discussão desde os fundamentos do campo até a sua efetivação nos tempos atuais. Por meio do trabalho pode-se constatar a pertinência e especificidade do campo articulado as ações culturais, bem como o potencial do terapeuta ocupacional e suas ações voltadas à conquista por direitos e emancipação social.

Palavras chaves: Terapia Ocupacional Social, juventude, vulnerabilidade, ações culturais.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
2 OBJETIVOS.....	11
2.1 Geral	
2.2 Especifico	
3 PERCURSO METODOLOGICO	12
4 RESULTADOS	13
4.1CAPITULO 1 Marcos Histórico no Desenvolvimento do Campo da Terapia Ocupacional Social	14
4.2 CAPITULO 2 Terapia Ocupacional na Atualidade	19
4.3 CAPITULO 3 Recursos e tecnologias da Terapia Ocupacional Social	25
4.4 CAPITULO 4 Ações culturais – Cultura Como Campo Epistêmico.....	30
4.5 CAPITULO 5 Cultura Como Direito	33
4.6 CAPITULO 6 Juventude Pobre e Ações Culturais no Contexto da Terapia Ocupacional Social	35
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	39
REFERÊNCIAS.....	41

INTRODUÇÃO

O seguinte trabalho é um estudo qualitativo no formato de pesquisa descritiva e apresenta um levantamento teórico abordando o tema “Terapia Ocupacional Social e Juventude “Pobre” Vulnerável Socialmente”

Este tema me atravessa desde o início de 2015, quando foi crescente a discussão polêmica sobre a proposta de ementa constitucional (PEC) 171/93 que propunha redução da maioria penal de 18 para 16 anos. Eu, que tenho origem no interior do Rio de Janeiro, em que atos infracionais praticados por jovens e adolescentes são consideravelmente raros, identifico nessa fase da vida um potencial criativo, produtivo e transformador. Foi quando percebi que uma grande massa discordava da minha opinião. Atribuía a uma parte da população jovem uma identidade violenta sem possibilidades de recuperação, principalmente se este adolescente/ jovem advir de origem pobre e for negro.

Diante disto, gerei uma expectativa em cursar a disciplina de terapia ocupacional social na busca por uma reflexão sobre qual seria o trabalho da terapia ocupacional com jovens, na direção de contribuir para a garantia dos direitos, na transformação social, na construção de identidade e valorização de sua cultura, e a partir dela encontrar mecanismos de resistência a todo estigma produzido em torno da juventude pobre e periférica.

Ao terminar a disciplina fiquei com o desejo de aprofundar o debate de articulação entre articulava cultura, cidadania, Terapia Ocupacional Social, direito e a população jovem em vulnerabilidade, movida pela seguinte frase grafitada: *“Em um lugar onde não há atividades culturais a violência vira espetáculo”*. Pesquisar sobre os fundamentos da Terapia Ocupacional Social, tal como seus recursos e tecnologias na interface com a cultura e as ações culturais foi o caminho escolhido para suprir minha curiosidade e consolidar de forma concisa os processos necessários para meu entendimento. O campo da terapia ocupacional social está em fase de expansão e acredito que durante a graduação se debruçar - se sobre esse estudo foi uma

oportunidade de me aprofundar nas discussões com intuito de ampliar o conhecimento.

A monografia foi estruturada em seis capítulos e está dividida da seguinte forma: no primeiro capítulo, resgatamos os fundamentos da profissão, tal como a constituição da terapia ocupacional no campo social; elucidamos o primeiro trabalho desenvolvido e os primeiros questionamentos e aquisições em relação ao arcabouço teórico que fundamentou e direcionou as práticas desenvolvidas e de forma cronológica descrevemos o desenvolver da Terapia Ocupacional Social no Brasil.

No segundo capítulo, a partir de recentes publicações de Terapeutas Ocupacionais, apresentamos um panorama dos trabalhos atualmente desenvolvidos no campo social e os principais autores da área. Destacamos também a diversidade dos trabalhos desenvolvidos e possibilidades, ações bem como um importante marco legal, que foi a inserção da categoria enquanto uma das recomendações para a atuação no Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

No terceiro capítulo, apresentamos os recursos utilizados na Terapia Ocupacional Social, entendendo-a como tecnologia de mediação socioocupacional. Iniciamos com a discussão sobre a atividade enquanto recurso terapêutico com intuito de desmistificá-la como função curativa. Partimos da ideia de atividade como recurso ou tecnologia que media relações, sendo ela meio e fim no processo de transformação social.

No quarto capítulo, fomos à busca de conceitos da antropologia e filosofia para discutir sobre a ideia de cultura e ações culturais. Elucidamos a concepção de homem e cultura trazidos por Laraia e Chauí e o entendimento de que a partir das relações culturais e sociais o ser se constrói e se constitui.

No quinto capítulo, destacamos o processo no qual a Cultura foi entendida como direito, consolidada pelo Plano Nacional de Cultura, contendo estratégias e medidas que orientam a formulação de políticas em torno de três dimensões culturais: dimensão simbólica, cidadã e econômica.

No sexto capítulo, consideramos os processos desencadeadores de vulnerabilidades e elucidamos a banalização da cidadania no fim do século XX, causando lacunas no desenvolvimento social. Neste sentido, entendemos que a população alvo da Terapia Ocupacional Social são pessoas em condições vulneráveis de vida. Neste caminhar, é importante destacar que a cultura constitui uma ferramenta

potente na construção de identidades, de expressão e pertencimento. As ações culturais são ferramentas que mediam o trabalho com jovens, bem como fomentadoras do protagonismo juvenil.

Finalizamos o trabalho com as considerações finais, que apresentam as reflexões da autora elucidando a cultura e ações culturais como uma ferramenta socioocupacional potente diante dos objetivos propostos pela Terapia Ocupacional Social, que visa o desenvolvimento do cidadão e a emancipação social de uma população marcada pela desigualdade social.

OBJETIVOS

1) Geral:

- Refletir sobre os recursos, as ações e práticas da Terapia Ocupacional Social com interface na cultura voltada a juventude em vulnerabilidade.

2) Específicos:

- Compreender a constituição histórica dos fundamentos Terapia Ocupacional Social;
- Analisar as contribuições da Terapia Ocupacional Social na interface com as ações culturais;
- Refletir, de que forma a participação de jovens nestes espaços de produção de arte-cultura, contribuem para a construção da cidadania e emancipação social.

PERCURSO METODOLÓGICO

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, utilizou como método para sua concretização a pesquisa bibliográfica que foi realizada nas revistas nacionais: Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo e Caderno de Terapia Ocupacional UFScar na busca por artigos sobre o campo social e cultura da terapia ocupacional. Em relação à cultura, em sua maioria foram encontrados no “Dossiê Temático sobre Cultura e Diversidade”, publicado em 2016, bem como livros, trabalhos de pós-graduação, capítulos de livros e resumos estendidos. Em relação aos descritores, foram utilizados: Terapia Ocupacional, cultura, ações culturais, juventude. Não foram utilizados limite de ano na busca e foram excluídos textos que abordava a área da saúde.

Para o capítulo ações culturais – A cultura como campo epistêmico também utilizamos o dicionário da língua portuguesa, artigos encontrados na Revista Latino-americana de Ciências Sociais e livro que aborda sobre o assunto. Estruturamos a monografia de modo que o leitor pudesse apreender o campo da Terapia Ocupacional Social e as ações culturais empreendidas com a juventude em vulnerabilidade.

RESULTADOS

Como resultado deste Trabalho de Conclusão de Curso, temos o desenvolvimento de um trabalho monográfico dividido nos seguintes capítulos: (1) Marcos Histórico no Desenvolvimento do Campo da Terapia Ocupacional Social; (2) Terapia Ocupacional Social na Atualidade; (3) Recursos e Tecnologias da Terapia Ocupacional Social (4) Ações Culturais – A cultura Como Campo Epistêmico; (5) Cultura como direito; (6) Juventude Pobre e Ações Culturais no Contexto da Terapia Ocupacional Social.

1 MARCOS HISTÓRICOS NO DESENVOLVIMENTO DO CAMPO DA TERAPIA OCUPACIONAL SOCIAL

A formação de Terapeutas Ocupacionais no Brasil se inicia na década de 1950. Nesta época, os fundamentos da profissão se restringiam a área da saúde mental e reabilitação física, dado o contexto sociopolítico (o entre guerras) vigente à época.

No entanto, por volta dos anos de 1970, Terapeutas Ocupacionais começam a desenvolver novas práticas e um novo mercado de trabalho começa a se despontar – Terapeutas Ocupacionais ingressam nas então recém-inauguradas FEBEM's (Fundação do Estado do Bem-Estar do Menor), em presídios, asilos e em programas comunitários. Assim, um novo campo denominado campo social começa a se desenhar, em meio a um regime autoritário no qual o governo se organizava em torno da repressão da participação popular. São estabelecidos mecanismos de inclusão e exclusão de políticas que vieram marcar o sistema da época, dentre elas, a Política Nacional do Bem-Estar do Menor (PNBEM) constituída e influenciada pela perspectiva estrutural – funcionalista (BARROS, LOPES e GALHEIGO; 2007).

De acordo com Barros, Lopes e Galheigo (2007, p. 348):

O resultado de tal política foi a reprodução, para as crianças e jovens pobres, do modelo de confinamento e disciplinarização destinado à loucura e à criminalidade. Do ponto de vista ideológico, tal modelo levou à personificação, à medicalização e a psicologização do conflito social, e do ponto de vista político possibilitou a manutenção da ordem social e o ocultamento parcial da pobreza manifesta nas ruas.

Neste período, a abordagem terapêutica seguia alguns princípios, dentre os quais a teoria estrutural - funcionalista, apoiada nas ideias de Talcott Parsons, que acreditava que a marginalidade se dava pela não adaptação do sujeito ao sistema, e toda atitude que gerava desequilíbrio ao processo de integração era recriminada. A atribuição do terapeuta ocupacional diante de tal perspectiva era de promover a adaptação e reinserção, como se dessa sociedade, a pessoa marginalizada tivesse descumprido, intencionalmente, o pacto social estabelecido. Contudo a contradição e gravidade da conduta asilar na década de 1970 provoca um desconforto, levando Terapeutas Ocupacionais a se inserirem na luta pela transformação institucional por um Estado democrático no Brasil. Diante disto, a questão social se torna um ponto de

reflexão para os Terapeutas Ocupacionais e os demais profissionais, ampliando a discussão sobre as perspectivas teóricas e metodológicas aplicadas no contexto histórico da época (BARROS, GHIRARDI, LOPES, 2002; GALHEIGO, 2003; BARROS, LOPES e GALHEIGO, 2007).

Em 1979 aparece pela primeira vez o termo Terapia Ocupacional Social numa publicação “Um Relato de Experiência em Terapia Ocupacional no campo social”. Jussara de Mesquita Pinto apresentou no V Encontro Científico Paulista de Terapeutas Ocupacionais (organizado pela Associação Paulista de Terapeutas Ocupacionais – antiga APTO), um relato de experiência na FEBEM de São Paulo com adolescentes do sexo feminino. Descreve seu trabalho sem fazer qualquer referência conceitual ou metodológica, mas mesmo assim esse trabalho direcionou práticas inicialmente desenvolvidas no campo social (BARROS, LOPES e GALHEIGO, 2007).

Acredita-se que esse trabalho foi precursor das ações no campo social. Diante tal demanda, os profissionais buscavam aplicar conceitos básicos da terapia ocupacional, e as práticas eram realizadas de acordo com intervenções já existentes sem discuti-las de forma crítica. Os técnicos utilizavam-se de modelos da psiquiatria e/ou desenvolvimentista, na busca por um enquadramento no serviço diante das demandas existentes - crianças vindas de famílias de baixa renda à espera de adoção, bem como adolescentes infratores ou idosos institucionalizados. Dessa forma a Terapia Ocupacional Social começa a ganhar contornos próprios, diante de um sistema segregador e disciplinador (GALHEIGO, 2003; BARROS, LOPES e GALHEIGO, 2007).

A perspectiva estruturalista-histórica se opõe a vertente estrutural-funcionalista, afirmando que um conjunto de fatos históricos determinam relações recíprocas entre indivíduos e sua incorporação ou não na dinâmica das relações sociais. Tal reflexão acabou por influenciar o debate acadêmico, tornando-o mais crítico, e, por consequência, no final dos anos 70 é incorporado nos currículos de cursos de Terapia Ocupacional no Brasil, disciplinas específicas voltada a área social. Junto a tal fato, inicia-se um dilema: como nomear tais disciplinas? (BARROS, LOPES e GALHEIGO, 2007).

Por conta deste impasse, veio à tona a então necessidade de uma postura ideológica, metodológica e de concepção de homem que direcionasse as práticas no campo. Houve um aprofundamento teórico – metodológico do campo social a partir de

demandas sociais que emergiram a partir da década de 1980, convocando os profissionais da área, dentre eles os Terapeutas Ocupacionais, para discutirem e desenvolverem ações coerentes com a demanda que se apresentava. A introdução de produções de bases sociológicas, antropológicas nas recém-criadas disciplinas voltada à Terapia Ocupacional Social deu um corpo para o campo da Terapia Ocupacional Social (BARROS, LOPES e GALHEIGO, 2007).

Dentre os autores, os mais usados na década de 70 e 80 destacam-se:

Misse, Congresso, Diaféria, Louzeiro, Ferreira, Fisher, Machado Neto, Guirardo, Luppi, Passeti, Violante, Herzer, Cheniaux, Arruda, Rosemberg et al., Maciel, Pinheiro, Queiroz, Junqueira, Rizzine. Em paralelo, as ideias de Franco Basaglia, Robert Castel, Jaques Donzelot, Michael Foucault, Erving Goffman, Paulo Freire e Karl Marx passaram a construir o arcabouço teórico que possibilitou a elaboração da crítica à assistência oferecida no país e da desconstrução dos modelos assistenciais existentes (BARROS, LOPES, GALHEIRO, 2007, p.349).

Os referenciais teóricos foram fundamentais à crítica macroassistencial e para desconstrução dos modelos assistenciais vigentes na época, e possibilitou aos Terapeutas Ocupacionais a escolha de sua abordagem de acordo com sua percepção de homem e de mundo. Porém, as abordagens utilizadas ainda eram influenciadas, acriticamente, nos moldes da recuperação da função, influenciados pelo modelo neurológico da terapia ocupacional (BARROS, LOPES e GALHEIGO, 2007).

Em 1980 intensificou-se a discussão dos fundamentos e modelos terapêuticos da Terapia Ocupacional, no sentido de identificar correntes metodológicas, que até então eram influenciadas pelo modelo positivista, humanista ou materialista-histórico. Neste momento, a Terapia Ocupacional Social perde sua especificidade diante do discurso em que toda intervenção passava pelo social, mesmo sobre influências filosóficas distintas. A prioridade do momento era a identificação da corrente filosófica que orientasse o trabalho da Terapia Ocupacional e não de um campo específico. Tal influência levou a exclusão das disciplinas específicas da Terapia Ocupacional Social dos currículos de graduação, diluindo seu conteúdo em outras disciplinas. A busca por um referencial teórico apropriado para fundamentar as práticas era uma questão importante diante da busca pela organização do campo (GALHEIGO, 2003; BARROS, LOPES e GALHEIGO, 2007).

No final de 1980, Terapeutas Ocupacionais começam a se incorporar nos movimentos sociais que clamavam por mudanças, em especial nas ações da saúde, seja no processo que envolvia a redação final das leis ordinárias pós-constituição de

1988, ou na busca por garantia de direitos sociais. Portanto, estes profissionais engajaram-se no debate público, bem como nos discursos técnicos e políticos, na busca pela garantia dos direitos sociais de segmentos específicos, tais como as pessoas com deficiência, transtornos mentais e trabalhadores, idosos, crianças, e jovens em situação de vulnerabilidade (BARROS, LOPES e GALHEIGO, 2007).

Um marco para efetivação do campo social em terapia ocupacional acontece na década de 1990, onde se percebe que os fundamentos epistemológicos do campo da saúde não atendem as demandas de ordem social. Diante de tal fato, Terapeutas Ocupacionais retornam aos referenciais teóricos das ciências humanas e sociais para fazerem a leitura da realidade social. Dessa forma, com a ênfase atribuída a transdisciplinaridade e a incorporação de conhecimentos antropológicos permitiram que Terapeutas Ocupacionais contribuíssem para o entendimento e desenvolvimento de metodologias e abordagens em áreas de atuação distanciados da saúde (GALHEIGO, 2003; BARROS, LOPES e GALHEIGO, 2007).

De acordo com Galheigo (2003,p.33):

É partir dos anos 90 que as práticas no campo da Terapia Ocupacional Social se ampliam para ir ao encontro da demanda por programas sociais variados, a partir da reestruturação das políticas setoriais, dentre as quais a Lei Orgânica da Saúde, Lei Orgânica da Assistência Social e o Estatuto da Criança e do adolescente.

Dessa forma, segundo Galheigo (1997, apud GALHEIGO, 2003) as práticas no campo da Terapia Ocupacional Social se direcionam em torno do conceito de cidadania, como o eixo principal do discurso constituinte, sustentado pela formulação das políticas sociais e programas. No entanto, a efetivação destas políticas não dependia somente da garantia descrita nas legislações, pois a realidade social da época continha contradições que contribuíam para o não cumprimento das mesmas políticas. Era preciso que os Terapeutas Ocupacionais se debruçassem sobre o cotidiano para identificar demandas no intuito de direcionar e reinventar a prática social.

Galheigo (2003) diz que o terapeuta ocupacional, como trabalhador da área social, deve garantir a organização do coletivo e favorecer a construção da cidadania plena. Assim, para a constituição de direitos individuais e coletivos é preciso elucidar as múltiplas subjetividades, tornando necessária a constituição do sujeito, como aquele que sonha, pensa, faz, se expressa, cria e produz.

A noção de cidadania e de direitos a qual comungamos é aquela que se

apresenta a partir da produção de identidade, de forma coletiva e individual. Portanto podemos destacar que por um lado, a intervenção do terapeuta ocupacional social tem como base a valorização da subjetividade do sujeito e o reconhecimento da pertinência de seu contexto histórico que, por sua vez, é marcado pelas relações sociais. Indo além, é importante elucidar as identidades diversas, as multiculturalidades, que demandavam o saber lidar com as diferenças em seus múltiplos significados. Tal reflexão entra no debate da terapia ocupacional por meio da discussão da diferença entre o louco e a pessoa com deficiência, e nesse contexto a Terapia Ocupacional Social transforma suas ações se apropriando do conceito de cultura e alteridade (BARROS, LOPES e GALHEIGO, 2007).

Barros (2004) afirma que nas práticas da Terapia Ocupacional Social é preciso debruçar-se sobre o território e tomar conhecimento da forma que as pessoas vivem, onde moram e como constroem suas diferentes composições familiares. A formação do terapeuta ocupacional deve oferecer elementos para o trabalho diante de problemáticas de uma sociedade marcada pela desigualdade social, facilitando a apropriação de conceitos que favoreçam o entendimento no que envolve o movimento das negociações sociais. É fundamental se apropriar de características específicas presentes em cada grupo social, e assim a intervenção da terapia ocupacional constitui-se com estratégia de mediação de conflito, incorporando metodologias de ação social.

No entanto, são necessárias práticas que contemplem os múltiplos sentidos nas abordagens sociais, mas não é cabível conceber ao terapeuta ocupacional como aquele que estabelece os planos de ações do alto de seu conhecimento - existem desconhecimentos comuns que precisam se distanciar para que a prática tome forma. Nesse sentido, a Terapia Ocupacional Social em um dado momento se apropriou também de alguns princípios das ideias de Paulo Freire, apoiando sua prática sob o conceito de conscientização e diálogo. A conscientização refere-se à apropriação política da realidade, para conseqüentemente se distanciar dela, desvendando a razão de ser de sua situação, para então transformá-la. O diálogo favorece as trocas de experiências e a reflexão de sua realidade social (BARROS, 2004; BARROS, LOPES e GALHEIGO, 2007).

2 TERAPIA OCUPACIONAL SOCIAL NA ATUALIDADE

Atualmente, a Terapia Ocupacional Social se encontra em fase de efervescente construção, e para compreender de que forma se dá as práticas e reflexões atuais, faremos uma análise a partir de textos escritos por autores engajados na luta histórica pela efetivação do campo.

Começamos então com o projeto Metuia, criado em 1998, por docentes da área de Terapia Ocupacional Social no Estado de São Paulo, que intensificou-se os debates e reflexões em torno de uma Terapia Ocupacional Social. Tal projeto aconteceu no âmbito da pesquisa e do ensino e teve como objeto de estudo as intervenções em terapia ocupacional com populações em situação de vulnerabilidade social, e o desenvolvimento de tecnologias sociais de inserção, participação e autonomia. Suas ações estiveram e são voltadas a crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social frente às problemáticas da infância e juventude pobre contemporânea, bem como para populações em situação de rua (LOPES, MALFITANO, 2016).

O Projeto Metuia é desenvolvido até os dias atuais oferecendo base para linhas de pesquisas que se voltam às temáticas sociais, como pobreza, violência, políticas sociais, identidade, ocupação e circulação no espaço urbano buscando estruturar e compreender o campo social na perspectiva da Terapia Ocupacional Social, bem como a inserção de Terapeutas Ocupacionais na área, com o investimento técnico - científico prossegue desenhando contornos próprios da prática no campo social (LOPES, MALFITANO, 2016).

Em continuidade, no intuito de compreendermos o panorama da terapia ocupacional no Brasil e na América Latina, é pertinente apresentar a publicação de Lopes, Borba, Silva e Malfitano (2012), que realizaram um estudo dos trabalhos científicos inscritos no XII Congresso Brasileiro de Terapia Ocupacional (CBTO) e Congresso Latino - Americano que aconteceu no ano de 2011 em São Paulo. O estudo teve como objetivo identificar e discutir as produções de Terapeutas Ocupacionais no campo social na América Latina. Em análise constatou-se que dentre os 607 trabalhos inscritos, 47 foram considerados pertinentes ao campo social,

ou seja, 7,5% do total de inscritos no eixo “Práticas em Terapia Ocupacional” (LOPES et al, 2012).

Identificou-se predominância daqueles que abordavam as questões da infância, e de forma gradual, perceberam-se também trabalhos voltados a adolescentes e juventude e, em sua grande maioria, vinculada às situações de vulnerabilidades. A preeminência de trabalhos voltados à infância é histórica na terapia ocupacional, herança do tradicional foco no desenvolvimento humano. Foi possível também identificar a escassez de práticas vinculadas ao adulto e idoso, fazendo com que os autores apontassem para necessidade de uma reflexão diante de intervenções que ultrapassam a perspectiva clínica (LOPES et al, 2012).

Na área de assistência aparecem trabalhos que apresentam o termo “família”, resultado da ampliação da discussão e da luta pela implementação de Terapeutas Ocupacionais junto a Política Nacional de Assistência Social (PNAS). No entanto, as ações com o público adulto aparecem de forma discreta, em intervenções com pessoas em situação de rua e pessoas com HIV/AIDS. Outro fato relevante encontrado na pesquisa é a evidência de que a maioria dos trabalhos classificados da área social foi proveniente do Estado de São Paulo: do total de 36 trabalhos de autores brasileiros, 21 eram de autores do Estado de São Paulo, ou seja, 58% dos trabalhos inscritos. Em análise, pode-se dizer que a maioria dos trabalhos inscritos apresentam vinculação a projetos desenvolvidos nas instituições de ensino superior, envolvendo pesquisas e/ou ações extencionistas (LOPES et al, 2012).

Notou-se a inexistência de um arcabouço teórico com uma base conceitual sólida, uma vez que foi perceptível nos trabalhos uma fragilidade nos seus referenciais. As práticas descritas, em sua maioria, foram direcionadas pela abordagem do desenvolvimento infantil com utilização do brincar, no entanto este brincar obtinha direcionamentos que não considerava o contexto social da criança, tanto quanto as afetações advindas da pobreza, violência, abandono familiar e/ou social, vulnerabilidade e a desigualdade tão presente nos países da América latina (LOPES et al, 2012).

Certamente o brincar é um recurso relevante à intervenção no campo social, mas o que os autores elucidam é a preocupação de um provável distanciamento e desconhecimento das discussões e composições do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), com a Política Nacional de Convivência Familiar e Comunitária

(BRASIL, 2006) e o Estatuto da Criança e Adolescência (BRASIL, 1990), que têm direcionado suas ações em torno da integração e da convivência familiar (LOPES et al, 2012).

A institucionalização de crianças e adolescentes deve ser encarada como a última medida a ser tomada. Entretanto, tais trabalhos não problematizam a questão como se o processo de institucionalização deste segmento populacional ainda fizesse parte das demandas e ações do terapeuta ocupacional no campo social, reproduzindo uma lógica da tutela e do encarceramento (LOPES et al, 2012).

É possível que existam, atualmente, poucos docentes que se debruçam na área social nos cursos de graduação. Portanto, diante da crescente desigualdade socioeconômica mundial, fomentar reflexões e desenvolver técnicas de intervenção de cunho social é de grande importância. Nesse âmbito, as práticas em Terapia Ocupacional Social têm sido fomentadas garantindo destaque profissional, e gerando a ampliação e diversas possibilidades (LOPES et al, 2012).

Nesse sentido, um marco legal no que se refere às práticas da Terapia Ocupacional Social hoje no Brasil, é a inserção da categoria enquanto uma das recomendadas para a atuação no Sistema Único de Assistência Social (SUAS), por meio da Resolução nº 17, de Junho de 2011 que visa ratificar a equipe de referência de categorias profissionais de nível superior, dentre elas a do terapeuta ocupacional. O art. 2º discorre que tais categorias, inclusive a dos Terapeutas Ocupacionais, que preferencialmente poderão integrar as equipes de referência, possuem formação e habilidades para desenvolver atividades específicas, diante das peculiaridades locais e regionais do território e necessidades dos usuários, podendo assim aprimorar e qualificar os serviços socioassistenciais. Esta resolução descreve também em seu Art. 3ª que, preferencialmente, profissionais de nível superior dentre eles o terapeuta ocupacional, poderão compor a gestão das SUAS. A inserção desta política é um acontecimento impulsionador na consolidação e efetivação da atuação do terapeuta ocupacional no campo social (BRASIL, 2011).

Dessa forma, acompanhando os avanços da terapia ocupacional no campo social, hoje, temos profissionais trabalhando em diferentes espaços de atuação, e em 2016 houve a primeira publicação de um livro específico desse campo¹ (LOPES,

¹ O livro, organizado pelas professoras do Curso de Terapia Ocupacional da UFSCar e pesquisadoras do Projeto Metuia, Roseli Esquerdo Lopes e Ana Paula Serrata Malfitano, intitulado "Terapia Ocupacional Social: desenhos teóricos e contornos práticos" foi publicado em 2016, e apresenta duas

MALFITANO, 2016).

Nesta publicação, temos uma variedade de autores escrevendo sobre suas experiências com diferentes populações e em diferentes contextos, todos pertencentes ao campo que denominamos Terapia Ocupacional Social. Iniciamos então, elucidando o trabalho com comunidades tradicionais, que considera a ocupação como parte das ações cotidianas realizadas de forma coletiva e individual. A ocupação tradicional surge como objeto de estudo para a Terapia Ocupacional Social.

Outra experiência relevante na área são as práticas desenvolvidas pelos Terapeutas Ocupacionais em organizações não-governamentais, que buscam desempenhar suas ações na garantia de direitos de crianças e adolescentes. Encontramos ainda apontamentos sobre as políticas públicas para a juventude brasileira por meio do Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem). Relatos de experiências na gestão e implementação do programa em uma cidade do interior paulista, bem como a experiência de trabalho no Programa de Erradicação de Trabalho Infantil (PETI) merecem destaque como práticas exitosas no campo da infância trabalhadora. Ambos os trabalhos contribuem para elaboração de estratégias que promovam a proteção social de crianças e adolescentes que são inseridos ao trabalho de forma precoce, visando à autonomia e emancipação familiar. Encontramos também textos que destacam o trabalho realizado no contexto de escola pública, espaço pertinente para o desenvolvimento de estratégias significativas na busca pela cidadania, participação e autonomia bem como, outros textos apresentados por Terapeutas Ocupacionais que abordam o Estatuto da Criança e Adolescente (ECA) de forma reflexiva no contexto escolar (LOPES, MALFITANO, 2016).

Por este viés, alguns autores evidenciam também as marcas do sistema socioeducativo, tal como a defesa dos direitos dos jovens e sua circulação e convivência nos diferentes territórios e espaços da cidade. Trazem reflexões envolvendo cultura, mobilidade e direitos humanos acerca da política municipal de São Paulo para população de imigrantes, e elucidam a necessidade de revisão da formação profissional diante a crescente migração internacional considerando a

parte: a primeira, com capítulos que abordam a constituição histórica e a fundamentação teórica da Terapia Ocupacional Social no Brasil, assim como os importantes marcos políticos para a consolidação desse campo. Na segunda parte, apresentam-se relatos de experiências em diferentes frentes de atuação da Terapia Ocupacional Social.

mobilidade como direito fundamental. Sobre a Terapia Ocupacional Social voltada as questões de Gêneros e sexualidades outros trabalhos trazem ações preventivas de combate à reprodução da violência que podem produzir invisibilidade de sujeitos e seus corpos (LOPES, MALFITANO, 2016).

Em continuidade, elucidando a interface de Terapia Ocupacional Social e cultura é pertinente apresentar os trabalhos desenvolvidos a partir das publicações da Revista “Cadernos de Terapia Ocupacional da UFScar” que em 2016 produziu um “Dossiê sobre Cultura e Diversidade” no intuito de divulgar textos qualificados, apresentando as práticas e reflexões na área da perspectiva da Terapia Ocupacional com ações que atravessaram o campo da cultura e da diversidade cultural, bem como as de políticas culturais. Os conteúdos dos textos publicados vêm de encontro a experiências e diálogos que abordam o uso da arte e cultura nas diversas áreas de atuação (DORNELES, SILVA e COSTA, 2016). Iniciamos então com a publicação que aborda o campo de saúde mental onde as ações culturais ampliam participação e o acesso às experiências artísticas e culturais no território (CASTRO et al, 2016). No campo da saúde, diante de um contexto sociocultural de povos de terreiro, a publicação destaca o trabalho do terapeuta ocupacional como mediador na implementação de políticas públicas para população negra (FRANÇA, QUEIROZ e BEZERRA, 2016). Ainda no campo da saúde, em experiências com mulheres que vivem em região de alta vulnerabilidade, atividades estéticas são relatadas como práticas corporais em um espaço de arte e cultura como forma de cuidado (LIBERMAN, MAXIMINO, 2016).

O trabalho com comunidades quilombolas e com povos indígenas também é encontrado, onde seu conteúdo dialoga com ações culturais articuladoras, relatando resistência, pertencimento étnico e manifestação cultural (SILVA, 2016; MACEDO et al, 2016). Em relação à mobilidade urbana, tema emergente e urgente para Terapia Ocupacional Social, a questão é problematizada tanto no âmbito da formação quanto nas ações voltadas à fomentação de políticas diante as questões da crescente imigração internacional (SATO, BARROS, 2016). Sobre as questões de gênero, sexualidade, homossexualidade e diversidade a discussão é sobre o impacto no cotidiano, preconceito, concepções de normalidade, e representações e reflexões de ações mediadoras da Terapia Ocupacional Social visando à cidadania, emancipação social e ampliação de novas formas de fazer e existir no mundo (MELO, 2016;

MURASAKI, GALHEIGO, 2016). Aborda-se também a atuação do terapeuta ocupacional em um museu, apresentando-o como um espaço potente quando se trata de atividade que objetivam a inclusão cultural (SALASAR, SILVA e MICHELON, 2016). No campo da política a discussão se dá em torno da garantia do direito a cultura, cidadania e diversidade, entende - se o terapeuta ocupacional como articulador social que desenvolve práticas em prol da cidadania cultural e diversidade cultural (DORNELES, LOPES, 2016). Em relação ao desenvolvimento local participativo, a discussão é no sentido de se garantir a participação local de um coletivo, almejando a construção de projetos de vida, visando garantir gestão diante a questão comunitária para expansão de liberdade (CORREIA, ROCHA, 2016).

Concluindo, destaco as publicações que abordam trabalhos com a população jovem, que em diferentes contextos, abordam práticas emancipatórias pela busca da cidadania civil e cultural. Apresentam uma interface entre educação não formal, arte e cultura onde são abordados temas relacionados aos territórios, trabalho, experiências e fruição estéticas, periferia, vulnerabilidade e tecnologias. Tais trabalhos relatam estratégias e recursos que são norteadores na ação da terapia ocupacional com a população jovem.

Iniciamos então pela discussão de um trabalho que apresenta o campo da cultura como caminho para o desenvolvimento, profissionalização da criatividade, e ao mesmo tempo afirmação de uma relação que promove espaços de expressão e difusão de conhecimento (TAKEITI, VICENTIN, 2016). Outro aborda também a questão dos jovens em situação de medidas socioeducativas e relata que garantir acesso aos bens culturais pode transformar a imagem estigmatizada do jovem violento, oportunizando caminho para ressignificação deste jovem, como cidadão protagonista e sujeito de direitos (GONÇALVES, 2016a). Ainda, outro estudo apresenta o movimento artístico local como uma prática socioeducativa orientadora das práticas culturais, e estratégia para construção de identidades, conscientização, participação e inclusão social possibilitando a reflexão crítica de jovens em situação de vulnerabilidade social (SILVA et al, 2016; ALVES; OLIVEIRA e CHAVES, 2016).

Sendo assim, a partir deste levantamento, é possível constatar que a reflexão e as ações da Terapia Ocupacional Social na interface com a cultura progridem, pois estes permitem elaborar e ressignificar suas abordagens em concordância com as demandas sociais, sejam elas coletivas ou individuais. Por meio de dispositivos

cotidianos constrói suas práticas em busca da cidadania e emancipação social. Podemos perceber que a população jovem é alvo constante de estudos e práticas da terapia ocupacional, e que por meio de ações socioculturais possibilitam novos modos de estar e pertencer ao seu tempo.

3 RECURSOS E TECNOLOGIAS DA TERAPIA OCUPACIONAL SOCIAL

Por um longo período da história da Terapia ocupacional, fomos reconhecidos pelo recurso que utilizamos para tratar – as atividades humanas. Tem sido motivo de controvérsia o modo como a utilizávamos como ferramenta, como recurso ou como tecnologia, nos processos terapêuticos ocupacionais. Nascimento (1990), apresenta uma reflexão diante de uma contradição da atividade terapêutica na prática da Terapia Ocupacional. A multiplicação de especialidades, advindas do movimento de divisão das áreas de assistência social e de saúde contribuiu para a expansão dos cursos que tinham como base treinar profissionais a fazer o uso de atividade, tal como remédio, se baseando cientificamente na instalação das relações e nos tipos e reações que as atividades provocam nos indivíduos, reações estas, motoras, emocionais e mentais. Dentre estes modelos, os Terapeutas Ocupacionais são intimados a aplicar e supervisionar as atividades com a finalidade terapêutica em diferentes serviços e contextos. A ênfase se dava no objetivo terapêutico, se pensava que era possível transformar qualquer atividade em terapêutica, dessa forma a autora apresenta tal conceito como um mito suscetível à reflexão.

Para autora, diante da falta de entendimento, somado a barreiras institucionais, a atividade acaba por se tornar apenas ocupação, e conseqüentemente se distancia do seu fim terapêutico se aproximando do conceito de exploração do trabalho do paciente, incluindo estes em serviços institucionais sem desenvolvimento clínico em atividades de mera recreação. A crítica está ancorada na dificuldade dos Terapeutas Ocupacionais apresentarem a aplicabilidade do uso da atividade, apesar de ensinar e refletir sobre o uso desta, na prática, sua finalidade social é distorcida e apresenta incoerências diante do que é esperado e o que realmente é (NASCIMENTO, 1990).

O primeiro mito em torno do uso das atividades no contexto da terapia ocupacional refere-se, segundo Hopking e Smith (1984, apud NASCIMENTO, 1990) às finalidades terapêuticas, e entendiam que o fazer profissional, por meio de análise da atividade, poderia transformá-la em um instrumento terapêutico que atendesse demandas patológicas. Pensamento este que afirma o uso da atividade como atributo medicalocêntrico, dentro de um modelo biomédico, ou seja, a subjetividade e o fazer humano são escamoteados. Diante de tal fato, a autora enfatiza a necessidade de

uma reflexão ampliada sobre a prática profissional, pelo fato da não desvinculação de uma linha histórica e pela reprodução mascarada dos antigos modos excludentes de tratar, que por sua vez entram em confronto com as reais demandas sociais. Portanto, é fundamental atentar-se contra as armadilhas do sistema assistencial contraditório para não haver impedimento das ações de Terapeutas Ocupacionais como agentes da transformação (NASCIMENTO, 1990).

Em consequente, a autora nos apresenta um segundo mito, o entendimento que a atividade terapêutica se estabelece diante de uma relação terapêutica entre terapeuta - paciente/grupo – atividade, e os objetivos que se constroem na realização desta atividade. Em reflexão, a autora vai de encontro com a limitação que tal entendimento traz, colocando que a dimensão subjetiva apresentada negligencia o fazer coletivo e a vida fora das instituições, e dessa forma, esse novo modo de entender a atividade ainda não atende as necessidades concretas da população. No entanto, cabe ressaltar a importância da qualidade relacional do tripé terapeuta - paciente/grupo - atividade e a busca da terapia ocupacional por subsídios que facilitem a aproximação das demandas reais dos pacientes. A autora ainda pontua que o caminho está na ação transformadora dos profissionais e pacientes direcionados a busca por alicerces que direcionem a condição do sujeito como transformador de sua própria história (NASCIMENTO, 1990).

Nesse sentido, Francisco (2009) vai mais a fundo, apresenta as mudanças relacionadas ao entendimento da atividade, diante das concepções de homem, bem como os primeiros princípios teóricos que direcionaram a terapia ocupacional e o significado da ocupação humana. No entendimento de atividade como aplicação de exercício, a autora elucida que para se justificar o uso da atividade, a ocupação, como parte natural do homem, em um determinado período foi esquecida e substituída por um modelo padronizado e contínuo. A atividade era vista como aplicação de um exercício voltado à parte lesada do corpo humano, e a prática profissional deveria seguir procedimentos que atestasse sua eficácia, seguindo os respectivos processos: (1) análise da atividade, possibilitando o conhecimento da atividade e sua especificidade; (2) adaptação da atividade, tratando-se da adesão ao tratamento e (3) seleção e graduação da atividade, que consiste nas restauração das funções perdidas e prejudicadas. Neste contexto, a atividade é medida pela luz do exercício, fazendo seu uso de forma estruturada tendo um começo meio e fim. A autora ainda discute a

atividade como meio de produção, forma de expressão.

Entender atividade como meio de produção é entrelaçar seu conceito à ideia de medir o comportamento do homem baseando-se na concepção de produtividade. O homem, nessa perspectiva, é visto como uma máquina, conduzido pelos seus componentes de desempenho, que o leva ao desenvolvimento de suas competências, sendo então o propósito da atividade levar o sujeito à conquista de um objetivo e a resolução do seu problema em menor tempo e com perfeição, sendo que, o importante nesse processo é o resultado final e não o processo. A atividade é introduzida de forma mecanizada, como um trabalho repetitivo.

A atividade compreendida enquanto forma de expressão, a autora toma como base o referencial psicodinâmico, na perspectiva de uma ação renovadora do inconsciente. A atividade apresenta a dimensão de expressividade e simbolismo, a produção é livre e a criação dirigida é ancorada pela proposta da inter-relação, onde sentimentos, atitudes e ideias atravessam a execução (FRANCISCO,2009).

As atividades no campo da criação e transformação têm por influências a perspectiva das ideias de Karl Marx e que este entende o homem a partir do sua relação com a natureza, um ser social histórico, que se produz e se transforma na – e pela natureza por meio trabalho. Diante de dicotômicas influências em torno da atividade, podemos ressaltar que a terapia ocupacional entende o individuo enquanto ser social, que de forma ativa e participativa, pode reconhecer por meio de sua prática as questões que atravessam sua realidade social, podendo assim promover sua própria transformação (FRANCISCO, 2009).

Hoje, a terapia ocupacional no campo social, foca suas ações não somente no indivíduo, mas também no coletivo, buscando compreender seus modos de vida, seus dialetos, descentralizando suas ações e indo de encontro às demandas do coletivo e suas manifestações culturais. E a prática no campo social e fortemente influenciada pela interdisciplinaridade, dessa forma as ações são diversas e podem ser desenvolvidas de acordo com demandas apresentadas (FRANCISCO, 2009).

Dessa forma, o terapeuta ocupacional é habilitado a atender as especificidades dos serviços sócios ocupacionais assistenciais, uma vez que entende a atividade cotidiana em seus diferentes níveis de complexidade e como promotora de emancipação social. A atividade é usada como meio e como fim, é considerada como organizadora da prática profissional. Um olhar atento ao cotidiano nos diferentes

contextos e na história ocupacional dos sujeitos faz com que a Terapia Ocupacional Social realize suas ações auxiliando o sujeito, grupo ou coletivo por meio das trocas de experiências (ALMEIDA *et al*, 2015).

Em conformidade, para fundamentar e regulamentar a especialidade profissional nos contextos sociais, a Resolução nº. 406/11 vem descreve no Artigo 3ª que, para o exercício das especialidades profissionais em Terapia Ocupacional Social, é necessário o domínio de determinadas áreas, as quais estão descritas no seu inciso II – que orienta desenvolver atividades consideradas como tecnologia de mediação sócio – ocupacional e cultural, a fim de fortalecer e\ou desenvolver redes de suporte e espaços de trocas afetivas, culturais, econômicas e de informações, valorizando os saberes, os modos de vida, os laços familiares e de apoio já existente, facilitando o acesso às experiências diversas de manifestações, desportivas, ritualísticas e linguísticas (BRASIL, 2011).

Apesar da atividade não ser exclusiva da terapia ocupacional, sua essência e manejo técnico a diferencia das práticas realizadas por outros profissionais. A atividade é entendida como mediadora na intervenção multidisciplinar e compreendida como instrumento norteador do trabalho técnico construído em torno das demandas trazidas. Sua especificidade se dá por meio da ação diante dos diversos modos de vida, onde o objetivo é favorecer a ampliação de espaços socioculturais; ou seja, são instrumentos de emancipação, autovalorização e conscientização dos direitos e deveres de sujeitos e coletivos (MORAIS, MALFITANO, 2016).

A atividade oportuniza o aprendizado e a imersão das necessidades do sujeito, favorecendo-os a buscar medidas próprias resolutivas e criativas para soluções de suas questões. É um espaço de experimentação e aprendizado, e é identificado como um potente recurso, quando se oportuniza o participante ser ativo no processo de reflexão e ação. No fazer acontecem as trocas e diálogos, onde as questões cotidianas emergem, resultando em uma a reflexão compartilhada (LOPES *et al*, 2014).

Galheigo (2003) afirma que:

Com base na leitura do cotidiano e seus contextos e da história ocupacional dos envolvidos é que o terapeuta ocupacional deverá encaminhar sua ação. Dessa forma poderá auxiliar o sujeito, o grupo e a coletividade a compreender suas próprias necessidades e definir suas estratégias de lidar com os conflitos cotidianos, a ressignificar seu fazer e pensar sua ação no mundo, respeitando-se os diferentes momentos e possibilidades dos envolvidos. Será por meio da ação grupal e coletiva que poderá se dar a manifestação das solidariedades e o fortalecimento da trama social (p.44).

As atividades não possuem contornos fixos, formam e transformam múltiplos significados, e por meio da relação que expressam e constroem identidades. Por ser um processo político, é indispensável que o terapeuta ocupacional desenvolva atividades que valorizem a compreensão e articulação de símbolos que desenham a construção da identidade. O direcionamento e objetivos escolhidos no processo relacional podem distinguir as atividades como provedora de emancipação e de cidadania. A atividade deve ser medida pela luz da compreensão da demanda (BARROS, GHIRARDI, LOPES, 2002; MALFITANO, 2005; BARROS, LOPES e GALHEIGO, 2007).

3 AÇÕES CULTURAIS – A CULTURA COMO CAMPO EPISTÊMICO

Ao buscarmos nos dicionários da língua portuguesa e de filosofia a origem da palavra cultura encontramos a seguinte definição: os substantivos cultivo e cuidado representando seu significado. No dicionário encontramos como definição de cultura as seguintes orações: “Ação, efeito, arte ou maneira de cultivar a terra. Aplicação do espírito em uma coisa, estudo e desenvolvimento intelectual. Adiantamento da civilização” (MICHAELIS, 2008). Entendemos então que nos primórdios o conceito de cultura advinha do lidar com a terra, e seu significado remetia à potência do desenvolvimento, uma vez que pelo cultivo e cuidado era possível se fazer brotar e frutificar para depois se beneficiar com os frutos (CHAUÍ, 2008).

Concomitante as transformações históricas, este conceito foi se perdendo até o século XVIII, quando por influência da perspectiva Iluminista a palavra cultura ressurgiu, com significado diferenciado, entendendo-se como sinônimo de civilização. Influenciada pela política europeia capitalista, a cultura era usada, por meio de normas classificatórias, para medir se uma sociedade se enquadrava nos moldes de uma civilização. Estas transformações atribuíram à cultura um sentido de valor, que de forma hierárquica dividia a sociedade em um conjunto de práticas onde se avalia e respalda a evolução de uma civilização (CHAUÍ, 2008).

Ainda influenciado pela perspectiva Iluminista, no século XIX, a filosofia alemã apresenta o conceito de cultura desvinculada à natureza e história. Entende-se que para se estabelecer em equilíbrio é necessário seguir uma determinada ordem, e que adquirir cultura é não se aderir ao meio ambiente de forma imediata, ou seja, é estabelecer normas diante da interação à natureza. Compreende-se que é pela linguagem e pelo trabalho que o indivíduo estabelece esse distanciamento e não adere imediatamente ao meio tal como um animal. Mais adiante, no século XX, influenciados por uma concepção ampliada de cultura, a ideologia etnocêntrica perde força, com o surgimento da Antropologia Social e Antropologia Política, que entendem a cultura como produção simbólica própria, em que se cria e se produz, ou seja, tem-se um conceito de cultura de forma abrangente, incluindo nessa reflexão o comportamento, a atividade realizada e as diversas expressões produzidas no fazer e

estar em uma sociedade (CHAUI, 2008).

Nesse sentido, Chauí (2008, p.7) compreende a cultura:

Como o campo no qual os sujeitos elaboram símbolos e signos, instituem as práticas e os valores, definem pra si próprios o possível e impossível, o sentido da linha do tempo (passado, presente, futuro), as diferenças no interior do espaço (sentido próximo e do distanciamento, do grande e do pequeno, do visível e invisível), os valores como o verdadeiro e falso, belo e feio, justo e injusto, instauraram a ideia de lei, e, portanto, o permitido e proibido, determinam o sentido da vida e da morte e das relações entre sagrado e profano.

O sentido de cultura está na relação humana, no significado que é dado ao fazer coletivo e individual, são valores e conceitos construídos e transformados diante das diferentes atividades, é na relação que se constrói os diferentes sentidos que são direcionados a diferentes objetos e expressões. A cultura é própria, porém se estabelece na interação, na troca, no fazer, por meio da cultura se constrói e reconstrói identidades .

Buscando entender as diferentes reflexões históricas em torno do conceito da cultura é pertinente trazer a visão antropológica da cultura. Segundo Laraia (2001), na antropologia os primeiros escritos voltados à definição de cultura vêm do antropólogo Eduard Tylor (1871) que descreve a cultura como um conjunto de “crenças, arte, moral, leis, costumes, ou qualquer outra capacidade ou hábitos adquiridos pelo homem como membro de uma sociedade” e entende-se que todo comportamento aprendido é independente de uma condição genética, rompendo assim o elo entre o cultural e o biológico.

Segundo Laraia:

O homem é o resultado do meio cultural em que foi socializado. Ele é herdeiro de um longo processo acumulativo, que refletem o conhecimento e as experiências adquiridas pelas numerosas gerações que o antecedem (LARAIA, 2003; p.24).

A antropologia entende que a cultura é adquirida independente da genética, no entanto é preciso destacar que os instintos biológicos do homem estão presentes no início de sua vida, mas em um espaço curto de tempo são influenciados pelo meio em que ele vive. A cultura oportunizada a um indivíduo é determinante para seu processo criativo revolucionário (LARAIA, 2003).

Para Laraia (2003) a cultura também é determinante para o processo de socialização do homem. Sua construção se dá pelas tradições e experiências acumuladas de geração em geração, e o uso adequado deste conhecimento passado

por antecessores geracionais permitem inovações e invenções. Dessa forma, toda construção inovadora traz em sua bagagem uma construção histórica.

Em resumo, Kroeber (1949 apud Laraia, 2003) relaciona o conceito da cultura com alguns elementos que merecem destaque: a cultura, mais do que uma herança genética, se distancia dos instintos biológicos se aderindo aos padrões ou normas culturais. Apresenta uma visão de homem que é capaz de se adaptar ao meio, mesmo este meio sofrendo modificações do ambiente, o homem suporta a diversidade ambiental. O autor também destaca que a socialização se dá pelo processo de aprendizagem. É por meio da relação social que o homem determina sua capacidade inventiva, artística ou profissional. Afirma que a cultura é uma experiência histórica das gerações anteriores, e é passada de gerações em gerações, podendo ser limitadora ou como um diferencial na ação criativa.

Esta capacidade inventiva é demonstrada pelo autor no decorrer da história, em que:

Nesta classificação podem ser incluídos os indivíduos que fizeram as primeiras invenções, tais como o primeiro homem que produziu o fogo por meio do atrito da madeira seca; ou o primeiro homem que fabricou a primeira máquina capaz de ampliar a força muscular, o arco e a flecha etc. São eles gênios da mesma grandeza de Santos Dumont e Einstein. Sem as suas primeiras invenções ou descobertas, hoje consideradas modestas, não teriam ocorrido as demais. E pior do que isto, talvez nem mesmo a espécie humana teria chegado ao que é hoje (KROEBER, 1949 apud LARAIA, 2003 p.26) .

Diante de tal reflexão, podemos entender que o contexto social de uma população é fundamental para construção de identidades e para desenvolvimento de habilidades. Habilidades estas fundamentais quando falamos de pertencimento social e cultural.

Da antiguidade até os dias atuais podemos entender que a cultura é construída em constante movimento, seu contorno é desenhado de forma gradual, é atravessada e resignificada no decorrer da história, da política e das situações econômicas. Não é própria, é adquirida, aprendida e compartilhada. É por meio da cultura que decidimos como interagir com o meio ambiente (GONÇALVES, 2016^b). Dessa forma, podemos dizer que as manifestações culturais de uma população são determinantes na construção da identidade, autoconhecimento e pertencimento. Mas, e se essa cultura for negligenciada e descredibilizada? Como garanti-la como um bem social, como direito do cidadão?

4 CULTURA COMO DIREITO

A cultura como direito passa a ser questionada com o processo de redemocratização do Brasil, final da década de 1970. Mais precisamente, entra no bojo das discussões como política a partir de 2002, no então governo Lula, com participação dos movimentos sociais; a cultura passa a fazer parte da agenda das políticas públicas, enquanto direito assegurado. Ampliando assim a produção, difusão e acesso à Cultura nas suas ações políticas. Dessa forma, a cidadania cultural e diversidade cultural representam hoje conceitos e práticas culturais que ampliam o direito social da cultura (DORNELES, LOPES, 2016).

A diversidade cultural é estabelecida como eixo articulador das políticas culturais do Brasil, uma vez que no mundo globalizado é preciso compreender como acontecem as interações e trocas culturais. Esse conceito é fomentado inicialmente em grupos minoritários como estratégia de sobrevivência diante do abandono e descaso do Estado. Criam-se estratégias próprias de busca cultural diante o entendimento de cultura como mercadoria, ligada ao poder capital. Desenvolvem alternativas em forma de ações comunitárias sustentáveis e econômicas que envolvem manifestações artísticas, estéticas e culturais. Tais quais utilizadas como ferramenta de expressão e resistência a à hegemonia cultural (DORNELES, 2011; DORNELES, LOPES, 2016).

Ao entender a cultura como direito é fundamental destacar a consolidação do Plano Nacional de cultura (PNC) que é um conjunto de estratégias, objetivos e princípios que visam orientar o poder público na construção de políticas públicas. Descrito no artigo 215 da Constituição Federal, o Plano Nacional de Cultura foi criado pela Lei nº 12.343, de 2 de dezembro de 2010, onde seu objetivo é: “orientar o desenvolvimento de programas, projetos e ações culturais que garantam a valorização, o reconhecimento, a promoção e a preservação da diversidade cultural existente no Brasil” (BRASIL, 2010).

Este plano apresenta estratégias e metas para execução de políticas voltadas à Cultura até 2020. Entende-se que o processo deve seguir uma abordagem articuladora e dialógica, e neste sentido, o Plano nacional de Cultura (PNC) se

estrutura em três dimensões culturais, a saber: simbólica cidadã e econômica em que estas se articulam e se complementam. A dimensão simbólica entende o indivíduo como aquele que se expressa por meio de símbolos produzidos pelos modos de vida. Que se manifestam de forma coletiva, mantendo assim a interlocução de linguagens artísticas (Música, dança, literatura), valorizando e estimulando a diversidade e saberes tradicionais. Pela dimensão cidadã, diante da desigualdade eminente no país, entende-se que todos têm direito aos bens culturais e acesso aos meios de produção, bem como da participação social, formação e fruição cultural. Pela dimensão econômica, a cultura é vista como produtora e fonte de geração de renda (BRASIL, 2012).

Sendo assim, podemos afirmar que, ao consolidar a cultura como direito se criam subsídios para construção de identidade de sujeitos, promove-se a cidadania e amplia-se o sentido de igualdade e equidade perante populações que, por sua vez encontram ainda barreiras excludentes, que impedem o autoconhecimento cultural.

Ao falarmos do direito cultural diante a população jovem, é preciso elucidar suas experiências que são atravessadas pela pobreza, violações de direitos e a privação de recursos culturais. Em contrapartida, em meio às transformações socioculturais, espaços são criados para o jovem tendo a cultura como um campo articulador (TAKEITI, VICENTIN, 2016). No entanto é preciso destacar a reflexão de Dayrell (2007 apud Takeiti e Vicentin (2016) que nos atenta ao fato de que se a cultura é constatada como um espaço mais aberto pode significar que os outros espaços estão fechados. Não se pode entender a cultura como uma solução para todos os problemas enfrentados pela população pobre, em um território vulnerável, qualquer ação perde seu sentido se não houver uma base de sustentação ampla com políticas públicas que garantam espaços e tempos para que a população jovem se perceba como sujeito cidadão e de direitos, vivendo plenamente sua juventude.

6 JUVENTUDE POBRE E AÇÕES CULTURAIS NO CONTEXTO DA TERAPIA OCUPACIONAL SOCIAL

A instabilidade da influência neoliberal no Brasil nos anos de 1990 contribuiu, de forma significativa, para o crescimento de vulnerabilidades de grupos e indivíduos socialmente negligenciados, e com esta banalização da cidadania a democracia se tornou utópica, contemplando somente a burguesia do país.

A precarização e exploração do trabalho combinados à decrescente proteção social acabaram por contribuir para a transformação das questões sociais, que criaram lacunas no desenvolvimento social, interferindo de forma considerável nos processos de trabalho, moradia, educação e cultura. Como resultado, pôde-se perceber um crescimento de grupos de pessoas com condições vulneráveis de vida, com ruptura graves nas suas redes sociais de suporte (LOPES, MALFITANO, 2016).

Neste sentido, Escoorel (2003 apud GALHEIGO, 1999) coloca que a população alvo da Terapia Ocupacional Social é aquela em que suas necessidades são referidas a condição de excluída, que sem acesso aos bens sociais são atravessados por problemáticas advindas das questões condicionadas ao modo de vida tal qual a população é submetida. Entende-se a pobreza como uma situação de vulnerabilidade que, por consequência, os impedem do acesso aos direitos de cidadania, e dessa forma, acaba por reproduzir o não pertencimento social.

Em concordância podemos dizer que a negligência do Estado ao deixar de dar seguimento à função de elaborar políticas sociais básicas de qualidade à determinadas sociedades, acaba por gerar a precarização das condições de acesso a moradia, transporte, educação, cultura, serviços sociais e saúde, agravando significativamente a condição de vida de populações em vulnerabilidade, deixando uma parcela da população em condições precárias de sobrevivência impedindo assim seu desenvolvimento social e inviabilizando sua emancipação social (GALHEIGO, 2003).

A primeira instituição a ser atingida por essa negligência estatal é a família, que, com enfraquecimento de sua estrutura e das condições básicas de manutenção,

tem sua função protetora atingida. A partir disso, para se conhecer a realidade do sujeito é preciso compreender e entender as esferas socioculturais, econômicas e políticas tal como estas influenciam na realidade e contexto de sujeitos, objetivando sua transformação e emancipação social (GALHEIGO, 2003).

A Terapia Ocupacional, neste contexto, é atenta à realidade social e a as necessidades dos indivíduos, e temos hoje uma geração de profissionais que trabalham num campo complexo de pesquisa e produção de conhecimento voltado a crianças, adolescentes, jovens e adultos em situação de rua, produtos de violência, e que em seus programas focais se atentam por instrumentalizar essa população a irem à busca de seus direitos (LOPES, MALFITANO, 2016).

Na contemporaneidade, a busca por uma cidadania ampliada ainda é um desafio a ser enfrentado no Brasil, e que apesar de ser um país com 25 anos de constituição que tem como eixo principal a cidadania, ainda não alcançou o objetivo social proposto, principalmente referente à universalidade e ampliação dos direitos sociais (LOPES, MALFITANO 2016).

De fato, como vimos anteriormente, neste texto, entendemos a cultura como direito, porém esta também habita no campo da mediação, do fortalecimento pessoal, da coletividade e da interdependência. Neste sentido, o pertencimento é transformado diante das dimensões políticas, de religiosidade, educação, cultura e trabalho, oferecendo novas expectativas de vida (BARROS, 2016).

A intervenção pela cultura é uma prática intersetorial abordada e introduzida em diferentes áreas da terapia ocupacional, pelo viés político, de ações culturais e de expressão de identidade (GONÇALVES, 2016_b). A Terapia Ocupacional Social entende a cultura como manifestação artística e estética, que vai além da produção e do consumo, interpretando as ações culturais como disparadoras da reflexão do que é próprio e inerente as identidades e expressão do viver. Neste sentido, a prática se constrói em torno da promoção de espaços onde as dificuldades cotidianas e contradições possam ser reconhecidas e enfrentadas (GONÇALVES, 2016_b).

Sabemos que a cultura ou as ações culturais que são empreendidas pelos segmentos sociais mais vulneráveis, se não forem acompanhadas de mudanças na estrutura e na conjuntura social e política do país, pouco contribuem para garantir o exercício de cidadania.

Dessa forma, é na interface entre os campos da Terapia Ocupacional Social e

da cultura em prol da transformação social que nos é pertinente discutir. Diversos têm sido os trabalhos da terapia ocupacional nestes dois campos, principalmente com aqueles que vivem em condição de abandono do Estado e em situação de vulnerabilidade social, seja pelos direitos não garantidos, dada a precarização do trabalho ou como dissociação de vínculos familiares, que tem como resultado redes de suporte fragilizadas.

As ações culturais como estratégias de intervenção da Terapia Ocupacional Social, têm funcionado como recurso de mediação sociocupacional importante com jovens, pois dão visibilidade, aquecem o debate e favorecem a formulação de pautas em torno da cultura juvenil.

Neste sentido, Gonçalves (2016_a, p.131) afirma:

Que são diversos os recursos socioocupacionais que podemos utilizar com o objetivo de fomentação do protagonismo juvenil, ressignificação de identidades criativas e potentes, promoção de sentimento de pertencimento social e territorial e facilitador do diálogo intercultural. Falamos de atividades artísticas, plásticas, músicas, fotografia, reconstrução de memória individual e coletiva, oficinas, grupos, rodas de conversas, jogos interativos, vídeos, intervenções urbanas, entre diversas outras. É importante que a experimentação com atividades seja em espaço prazeroso de sociabilidade e trocas e que possa transcender para os contextos de vida desses jovens.

Entendemos que lançar mão de recursos culturais bem como promover ações culturais é uma estratégia potente de interlocução no trabalho com jovens, mas como acontece tais ações na prática do terapeuta ocupacional?

Apesar de serem crescentes as discussões e práticas voltadas às questões da juventude pobre, diante das condições sociais e históricas, é persistente a associação da pobreza com a violência, tal como a atribuição da violência como natural à juventude (ZALUAR, 1996, apud TAKEITI, VICENTIN, 2016, p.26). Este estigma acompanha o caminhar de jovens e deixa marcas em sua vivência, e como resistência, estes jovens se apropriam de seu território, exprimem e recriam sua cultura, transformando experiências de violência e de estigmatização em ações coletivas “éticas, estéticas e políticas” (DELEUZE, GATARRI, 1997; NOVAES, 2006 apud TAKEITI, VICENTIN, 2016, p.27).

Entender a cultura como ferramenta de resistência política é constatar que ação política e cultural está imersa no cotidiano e repleta de significados, desenha e produz subjetividades e as suas faces de resistência, dessa forma compreendemos que não é “ação que determina a eficácia política e sim todo o contexto no qual a ação está inserida” (ALMEIDA, 2013, p.167).

As ações culturais juvenis são uma expressão de existência de vida, uma ferramenta potente de luta e articulação, que despertam uma produção política transformadora do fazer e acontecer dos modos de vida. De certa forma, estas ações culturais convocam os Terapeutas Ocupacionais a repensar seu papel profissional no movimento de entrelaçar seu saber técnico aos saberes plurais, reconhecendo a cultura como tecnologia sociocupacional pertinente a transformação social (TAKEITI, VICENTIN, 2016).

Assim, entende-se a intervenção do terapeuta ocupacional social no contexto cultural como articulador, que diante da complexidade das demandas, atua em espaço cultural tomando como base o processo criativo da população jovem assistida. Ao fazer uso do potencial criativo para construção de ações culturais, o terapeuta ocupacional social assume o papel de mediador no processo de coletivização em torno de problemáticas vividas em comunidade, e dessa forma, aproxima os indivíduos de uma reflexão crítica entorno de sua realidade, gerando assim discussões e fomentação de estratégias de enfrentamento diante questões sociais da vida cotidiana (ALVES, OLIVEIRA e CHAVES, 2016). Ações estéticas e políticas voltadas à população jovem é uma estratégia relevante para o terapeuta ocupacional social que busca efetivar os direitos humanos de jovens pobres (GONÇALVES et al, 2016).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho discutimos sobre a constituição histórica da Terapia Ocupacional Social dos primórdios até os dias atuais. Entendemos que em meio a um contexto sociopolítico em transformação, a Terapia Ocupacional Social, tendo como eixo principal a cidadania, se desenvolveu e construiu seu referencial teórico. Hoje a Terapia Ocupacional Social segue em desenvolvimento, e tem como recurso e tecnologia a produção cotidiana subjetiva de sujeitos, sua expressão e seus desejos. Entende a atividade cotidiana como promotora de emancipação social, usando-a como meio e fim na sua prática profissional.

Entendemos que as manifestações culturais de uma população apresentam características próprias, são características intrínsecas fundamentais para a constituição de identidades. A Cultura é própria, porém se estabelece na relação, na troca, no fazer coletivo, é fundamental no autoconhecimento e pertencimento tanto quanto na construção de uma identidade cidadã. O entendimento e consolidação da cultura como direito pôde contribuir para a promoção de cidadania, fruição e igualdade perante diferentes populações, no sentido que valorizar a cultura local e a partir dela, se elaborar estratégias políticas de resistência.

A instabilidade dos anos 1990 contribuiu significativamente para uma crescente vulnerabilidade em grupos socialmente negligenciados, criando assim, lacunas no desenvolvimento social, que sem políticas sociais básicas teve como resultado crescimento de grupos, indivíduos e famílias com condições instáveis de vida. Nesse sentido, tal população se torna alvo da Terapia Ocupacional Social que é atenta à realidade social dos indivíduos, no sentido de mediar sua transformação.

Apesar das barreiras excludentes existentes, discutimos que a terapia ocupacional entende a cultura como expressão de vida e as ações culturais como disparadoras de reflexão e transformação social.

As ações culturais juvenis são uma tecnologia potente de luta por direitos e construção de identidades, bem como na promoção de cidadania. A Terapia Ocupacional Social, no intuito de equalizar as demandas sociais, lança mão de um arcabouço teórico e prático fazendo uso das culturas e ações culturais, com o objetivo de trabalhar a emancipação social.

Por meio do estudo pode-se perceber o potente trabalho de mediação no qual o terapeuta ocupacional social se propõe. A transformação social acontece ao redescobrir o que é próprio, no encontro com outro, na empatia, no olhar atento as demandas de indivíduos e coletivos.

Este trabalho foi um desafio para minha formação, um campo emergente e que sofreu significativas mudanças, que por vezes me pareceu confuso, mas a cada texto eu obtinha mais clareza, e dessa forma pude entender a pertinência do campo. Eu que sempre acreditei na potência da Cultura e na juventude, termino esse trabalho afirmando minhas suspeitas, de que o terapeuta ocupacional social com seu olhar atento identifica potência nas ações culturais e a usa como ferramenta articuladora em prol da transformação social de sujeitos.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M.C; SOARES, C.R.S; BARROS,D.D.; GALVANI.G. **Terapia Ocupacional Social: notas acerca das ações na Assistência Social e para o desenvolvimento comunitário**.In:CHAGA,J.N.D.M;BARROS,D.D.;ALMEIDA,M.C.;COSTA,S.L.D. Terapia Ocupacional Social, 2015.

ALVES, H. C; DE OLIVEIRA, N. P.; CHAVES, A. D. “A gente quer mostrar nossa cara, mano”: hip hop na construção de identidade, conscientização e participação social de jovens em situação de vulnerabilidade social/“We want to show our face, man”: hip hop helping to build identity, awareness and social. Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar, v. 24, n. 1, 2016.

BARROS, D. D.; LOPES, R.E.; GALHEIGO, S.M. **Terapia Ocupacional Social: concepções e perspectivas**. In: CAVALCANTI, A; GALVÃO, C. Terapia ocupacional: fundamentação e prática. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan p. 347-353, 2007.

BARROS, D.D.; GHIRARDI, M.I.G.; LOPES, R.E. Terapia Ocupacional Social. **Rev. Ter. Ocup. Univ. São Paulo**, v. 13, n. 3, p. 95-103, set./dez. 2002.

BARROS, D.D. Terapia Ocupacional Social. **Rev. Ter. Ocup. Univ. São Paulo**, v. 15, n. 3, p. 90-7, set./dez., 2004.

BRASIL, MINISTÉRIO DA CULTURA. **As metas do Plano Nacional de Cultura**. São Paulo: Instituto Via Pública; Brasília: MinC, 2012, 216p.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Resolução nº. 17, de 20 de junho de 2011. Ratificar a equipe de referência definida pela Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social – NOB-RH/SUAS e Reconhecer as categorias profissionais de nível superior para atender as especificidades dos serviços socioassistenciais e das funções essenciais de gestão do Sistema Único de Assistência Social – SUAS. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 21 jun. 2011.

BRASIL, MINISTÉRIO DA CULTURA. Lei nº 12.343, de 2 de dezembro de 2010, Brasília. **Conselho Nacional de Educação**, 2010. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/documents/10907/963783/Lei+12.343++PNC.pdf/e9882c97-f62a-40de-bc74-8dc694fe777a>>. Acesso em: 04 de Dezembro de 2016.

CALDAS, F. L.; MAXIMINO, V. S. Acessibilidade e experiência estética: um trabalho com mulheres em situação de vulnerabilidade/Accessibility and aesthetic experience: work with women in vulnerability situation. **Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar**, v. 24, n. 1, 2016.

CASTRO, E. D. de et al. Território e diversidade: trajetórias da terapia ocupacional em experiências de arte e cultura. **Cad. Ter. Ocup. UFSCar (Impr.)**, v. 24, n. 01, p. 3-12, 2016.

CHAUÍ, M. Cultura e Democracia. **Revista latinoamericana de Ciencias Sociales, Buenos Aires**, año 1, n.1.

CORREIA, R. L.; AKERMAN, M. Desenvolvimento Local Participativo, Rede Social de Suporte e Ocupação Humana: relato de experiência em projeto de extensão. **Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo**, v. 26, n.1, p.159-165, 2015.

Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional (Coffito). Resolução nº. 406, de 7 de novembro de 2011. Disciplina a Especialidade Profissional Terapia Ocupacional nos Contextos Sociais e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 7 de novembro de 2011. Disponível em: http://www.coffito.org.br/publicacoes/pub_view.asp?cod=2136&psecao=9. Acesso em: 22 de novembro 2016.

DE ALMEIDA, R. S. Juventude, direito à cidade e cidadania cultural na periferia de São Paulo. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, n. 56, p. 151-172, 2013.

DE FRANÇA, M. M. L; DE QUEIROZ, S. B; BEZERRA, W. C. Saúde dos povos de terreiro, práticas de cuidado e terapia ocupacional: um diálogo possível?/Health of worship place people, care practices and occupational therapy: a possible dialogue?. **Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar**, v. 24, n. 1, 2016.

DE MELO, K. M. M.. Terapia Ocupacional Social, pessoas trans e Teoria Queer:(re) pensando concepções normativas baseadas no gênero e na sexualidade/Social Occupational Therapy, transgender and Queer Theory:(re) thinking normative conceptions based in gender and sexualities. **Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar**, v. 24, n. 1, 2016.

DORNELES, PS. **Identidades Inventivas - Territorialidades na Rede Cultura Viva da Região Sul**. Tese (Doutorado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, 2011.

DORNELES, P; SILVA, R.C; CASTRO. S.L. [editorial]. **Rev. Ter. Ocupa. Univ. São Paulo**, v.24, n.1, p.1-2, 2016.

FRANCISCO, B. R. **Terapia Ocupacional**. 3ª ed. Campinas: Papyrus, 2004.

GALHEIGO, SM. O Social: idas e vindas de um campo de ação em Terapia Ocupacional. In: PÁDUA, EMM; MAGALHAES, LV. **Terapia Ocupacional: teoria e prática**. Campinas: Papyrus, 2003, p. 29-45.

GONÇALVES, M.V.; SANTOS, D.S. D; VIEIRA, G.P. S; SILVA, L.V.D.S. Direitos Humanos e Violência Contra Crianças e Adolescentes: proposta de trabalho do Projeto Juventudes(s): Intervenções urbanas de arte-cultura na escola. In: VI Seminário Internacional Direitos Humanos, Violência e Pobreza: a situação de crianças e adolescentes na América Latina hoje, Rio de Janeiro, 2016. **Anais**. Salvador: Rede Sirius/UERJ.

GONÇALVES, M, V. “Eu nem sabia que podia entrar aqui”: promoção de cidadania cultural como experiência de ressignificação de identidade de jovens em conflito com a lei/ “I didn’t know I could get in here”: cultural citizenship promotion as identity meaning experience of. **Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar**, v. 24, n. 1, 2016^a.

GONÇALVES, M.V. **Terapia Ocupacional e a Cidadania Cultural: Reflexões docentes acerca da formação profissional**. Tese (Pós- graduação). Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2016^b.

KEN MURASAKI, Aryel; GALHEIGO, Sandra Maria. Juventude, homossexualidade e diversidade: um estudo sobre o processo de sair do armário usando mapas corporais. **Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar**, v. 24, n. 1, 2016.

LARAIA,R.B. **Cultura: um conceito antropológico**.14.ed.Rio de Janeiro: Jorge Zahar,2001.

LOPES, Roseli Esquerdo et al. Recursos e tecnologias em Terapia Ocupacional Social: ações com jovens pobres na cidade/Resources and technologies in Social Occupational Therapy: actions with the poor youth in town. **Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar**, v. 22, n. 3, 2014.

LOPES, Roseli Esquerdo et al. Terapia Ocupacional no campo social no Brasil e na América Latina: panorama, tensões e reflexões a partir de práticas profissionais/The social field of Occupational Therapy in Brazil and Latin America: overview, tensions and reflections from professional. **Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar**, v. 20, n. 1, 2012.

LOPES,R.E; MALFITANO.A.P.S (Org.).**Terapia Ocupacional Social: desenhos teóricos e contornos práticos**.1.ed.São Carlos: UFSCar, 2016.

LOPES, R. E. et al. Oficinas de atividades com jovens da escola pública: tecnologias sociais entre educação e terapia ocupacional. **Interface-Comunicação, Saúde, Educação**, v. 15, n. 36, p. 277-288, 2011.

MACEDO, M. Daniela et al. Olhares em formação: refletindo a prática da terapia ocupacional em um contexto cultural a partir de experiências com povos indígenas/Forming insights: assessment of the occupational therapy practice in a cultural context from experience with indigenous p. **Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar**, v. 24, n. 1, 2016.

MALFITANO, A. P.S. Campos e núcleos de intervenção na Terapia Ocupacional Social. **Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo**, v. 16, n. 1, p. 1-8, 2005.

MALFITANO, APS. Campos e núcleos de intervenção na Terapia Ocupacional Social. **Rev. Ter. Ocup. Univ. São Paulo**, v. 16, n. 1, p. 1-8, jan./abr., 2005

MALFITANO, A. P. S. Campos e núcleos de intervenção. **Rev. Ter. Ocup. Univ. São Paulo**, v. 16, n. 1, p. 1-8, jan./abr., 2005.

MORAIS, M.A; MALFITANO, S.A. O terapeuta ocupacional como executor de medidas socioeducativas em meio aberto discurso na construção de uma prática. **Rev. Ter. Ocup. Univ. São Paulo** V.24, nº3, p.513-542, 2016.

NASCIMENTO, B.A. O mito da atividade terapêutica. **Rev. Ter. Ocup da USP**, V.1, nº1, 1990.

SATO, M. T.; BARROS, D. D. Cultura, mobilidade e direitos humanos: reflexões sobre Terapia Ocupacional Social no contexto da política municipal para população imigrante/Culture, mobility and human rights: considerations on social occupational therapy in the context of immigrants. **Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar**, v. 24, n. 1, 2016.

SILVA, Carla Regina et al. Juventude, cultura e profissionalização da criatividade. **Cad. Ter. Ocup. UFSCar** (Impr.), v. 24, n. 01, p. 13-24, 2016.

SILVA, Valdir Pierote. Resistência e diversidade: narrativas culturais de uma comunidade quilombola. **Cad. Ter. Ocup. UFSCar** (Impr.), v. 24, n. 01, p. 69-76, 2016.

TAKEITI, B. A; VICENTIN, M. C. G. Jovens (en) cena: arte, cultura e território. **Cad. Ter. Ocup. UFSCar** (Impr.), v. 24, n. 01, p. 26-37, 2016.

.

WEISZFLOG, Walter. **Michaelis Moderno Dicionário da Língua Portuguesa**. ed.1. São Paulo: Melhoramentos, 2004.